

Justiça Federal
Seção Judiciária de Rondônia

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
2023

Setor de Contabilidade – SETCOB
Núcleo de Administração Financeira – NUCAF
Secretaria Administrativa - SECAD

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL – BP	7
Quadro das contas de compensação	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP	9
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	10
Restos a pagar processados – RPNP	10
Restos a pagar processados – RPP	10
BALANÇO FINANCEIRO – BF	11
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	12
NOTAS EXPLICATIVAS	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa	14
Tabela 1 – Disponibilidades financeiras	14
Nota 2 – Créditos a curto e longo prazo	15
Tabela 2 – Adiantamentos e créditos a receber	16
Tabela 3 – Créditos a receber de pessoal: detalhamento	18
Tabela 4 – Dívida ativa	19
Tabela 5 – Ativos contingentes	20
Nota 3 – Estoques	20
Nota 4 – Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	21
Tabela 6 – Despesas antecipadas	21
Nota 5 – Imobilizado	21
Tabela 7 – Bens móveis e imóveis	22
Bens móveis	22

Bens imóveis	23
Tabela 8 – Bens imóveis.....	23
Tabela 9 – Imóveis da União sob a responsabilidade da SJRO	24
Nota 06 – Intangível	25
Tabela 10 – Softwares	25
Nota 7 – Passivo circulante e não circulante.....	26
Tabela 11 – Passivo circulante.....	27
Tabela 12 – Passivo exigível.....	27
Nota 8 – Ajustes de exercícios anteriores.....	29
Nota 9 – Atos potenciais ativos.....	30
Tabela 13 – Garantias recebidas – por tipo.....	30
Nota 10 – Atos potenciais passivos	30
Tabela 14 – Contratos em execução	30
Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	31
Tabela 15 – Ativos e passivos – valorização, ganhos e desincorporação	32
Nota 12 - Pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais.....	32
Tabela 16 – Pessoal e encargos patronais.....	32
Nota 13 – Consumo de bens, uso de bens e serviços	33
Tabela 17 – Consumo de bens, uso de bens e serviços.....	33
Nota 14 – Desvalorização e perda de ativos e Incorporação de passivos	34
Tabela 18 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos.....	34
Nota 15 – Resultado patrimonial do exercício	35
Nota 16 – Receitas correntes e Receitas de capital	35
Nota 17 – Déficit	35
Nota 18 – Restos a pagar - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados	36
Tabela 19 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.....	37

Nota 19 – Gastos com suprimento de fundos	38
Nota 20 – Transferências financeiras recebidas – Sub-repasse recebido	38
Nota 21 – Resultado financeiro	39
Tabela 20 – Apuração do resultado financeiro do exercício de 2023.....	39
Nota 22 – Demonstração dos fluxos de caixa	40
Tabela 21 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixas	40
Nota 23 - Apuração de Danos ao Erário	41
Tabela 22 - Apuração de danos ao erário.....	41

Apresentação

As demonstrações contábeis da Seção Judiciária do Estado de Rondônia foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

E têm a finalidade de apresentar, aos gestores, contribuintes, credores, fornecedores e demais usuários, informações sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados no período.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas. No âmbito da Seção Judiciária, o Balanço Orçamentário apresenta informação apenas do orçamento descentralizado pelo TRF que por sua vez recebe o orçamento do Conselho da Justiça Federal.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Pelo mesmo motivo exposto no item anterior, referente ao Balanço Orçamentário, não há informação de receita realizada nesta unidade gestora.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo,

classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal da 1.^a Região. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Balanço Patrimonial – BP

ATIVO	NE	2023	2022
Ativo circulante		1.257.713,12	2.231.766,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	374.091,55	1.317.421,87
Créditos a Curto Prazo	2	559.325,01	580.020,08
Demais Créditos e Valores		559.325,01	580.020,08
Estoques	3	269.399,16	291.068,54
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	4	54.897,40	43.255,80
Ativo não circulante		55.843.324,23	40.634.279,71
Ativo Realizável a Longo Prazo		614.467,68	46.287,34
Créditos a Longo Prazo		614.467,68	46.287,34
Demais Créditos e Valores		614.467,68	46.287,34
Imobilizado	5	54.547.899,12	40.344.329,06
Bens Móveis		6.027.207,34	6.186.706,11
Bens Móveis		11.996.764,09	12.174.360,14
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.969.556,75	-5.987.654,03
Bens Imóveis		48.520.691,78	34.157.622,95
Bens Imóveis		48.545.961,87	34.165.109,52
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-25.270,09	-7.486,57
Intangível	6	680.957,43	243.663,31
Softwares		680.957,43	243.663,31
Softwares		847.999,16	374.009,16
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-164.333,73	-127.637,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-2.708,00	-2.708,00
Total do ativo		57.101.037,35	42.866.046,00

Passivo	NE	2023	2022
Passivo circulante	7	5.649.542,05	7.711.847,95
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		4.671.913,67	6.739.095,56
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		92.386,56	-
Provisões a Curto Prazo		650.000,00	891.204,36
Demais Obrigações a Curto Prazo		235.241,82	81.548,03
Passivo não circulante	7	-	-
Total do passivo exigível		5.649.542,05	7.711.847,95

Patrimônio líquido	2023	2022
Demais Reservas	23.431.522,19	-
Resultados Acumulados	28.019.973,11	35.154.198,05
Resultado do Exercício	-5.114.568,45	1.986.681,68
Resultados de Exercícios Anteriores	35.154.198,05	33.098.467,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.019.656,49	69.048,59
Total do patrimônio líquido	51.451.495,30	35.154.198,05

Total do passivo e do patrimônio líquido	57.101.037,35	42.866.046,00
---	----------------------	----------------------

Fonte: Siafi

Quadro das contas de compensação

	NE	2023	2022
Atos Potenciais Ativos	9	56.433.015,18	39.950.152,71
Garantias e contragarantias recebidas		56.249.110,43	39.797.452,71
Direitos contratuais		183.904,75	152.700,00
Atos Potenciais Passivos	10	14.763.002,17	22.035.530,53
Obrigações contratuais		14.763.002,17	22.035.530,53

Demonstração das variações patrimoniais – DVP

	NE	2023	2022
Variações patrimoniais aumentativas		123.028.882,94	119.955.489,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		977.986,68	921.587,43
Taxas		977.986,68	921.587,43
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		111.103,30	136.466,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		111.103,30	136.466,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	1.154,54
Juros e Encargos de Mora		-	1.154,54
Transferências e Delegações Recebidas		120.024.917,73	117.988.925,12
Transferências Intragovernamentais		119.941.020,33	117.777.834,23
Outras Transferências e Delegações Recebidas		83.897,40	211.090,89
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11	24.541,75	162.357,64
Reavaliação de Ativos		-	30.833,02
Ganhos com Alienação		-	22.294,77
Ganhos com Incorporação de Ativos		24.541,75	109.229,85
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.890.333,48	744.998,62
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		300.312,72	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.590.020,76	744.998,62

Variações patrimoniais diminutivas	12	128.143.451,39	117.968.807,67
Pessoal e Encargos		79.132.755,59	79.100.298,34
Remuneração a Pessoal		61.058.523,08	62.012.511,09
Encargos Patronais		10.618.402,08	11.472.871,09
Benefícios a Pessoal		5.420.693,33	3.937.676,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.035.137,10	1.677.240,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		12.263.318,38	11.674.905,18
Aposentadorias e Reformas		9.360.640,72	9.616.685,68
Pensões		1.987.598,69	1.837.926,33
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		915.078,97	220.293,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13	22.875.519,81	19.789.119,21
Uso de Material de Consumo		345.552,79	306.251,98
Serviços		21.500.804,25	18.690.957,50
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.029.162,77	791.909,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		83,02	-
Juros e Encargos de Mora		83,02	-
Transferências e Delegações Concedidas		3.027.872,24	2.250.809,38
Transferências Intragovernamentais		2.743.735,13	2.120.572,31
Outras Transferências e Delegações Concedidas		284.137,11	130.237,07
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14	8.613.323,83	2.986.668,47
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		648,00	30.833,02
Perdas com Alienação		-	10.934,33
Desincorporação de Ativos		8.612.675,83	2.944.901,12
Tributárias		1.431.013,35	1.148.862,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.804,94	9.607,53
Contribuições		1.420.208,41	1.139.254,49
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		799.565,17	1.018.145,07
Constituição de Provisões		650.000,00	891.204,36
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		149.565,17	126.940,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	-5.114.568,45	1.986.681,68

Fonte: Siafi

Balanço Orçamentário – BO

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES	16	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	16	-	-	-	-
DEFICIT	17			121.073.537,85	121.073.537,85
TOTAL		-	-	121.073.537,85	121.073.537,85

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPESAS CORRENTES		-	117.654.960,83	116.432.404,38	116.041.831,16	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	86.662.173,27	86.012.308,58	85.706.468,69	-86.662.173,27
Outras Despesas Correntes		-	30.992.787,56	30.420.095,80	30.335.362,47	-30.992.787,56
DESPESAS DE CAPITAL		-	3.418.577,02	3.233.660,37	3.230.971,49	-3.418.577,02
Investimentos		-	3.418.577,02	3.233.660,37	3.230.971,49	-3.418.577,02
TOTAL		-	121.073.537,85	119.666.064,75	119.272.802,65	-
						121.073.537,85

Restos a pagar processados – RPNP

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscrito em 31 de dez do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes		-	873.169,03	235.421,18	235.421,18	1.841,43	635.906,42
Pessoal e Encargos Sociais		-	867.315,83	231.409,41	231.409,41	-	635.906,42
Outras Despesas Correntes		-	5.853,20	4.011,77	4.011,77	1.841,43	0,00
Despesas de capital		-	611.487,76	611.487,76	611.487,76	-	-
Investimentos		-	611.487,76	611.487,76	611.487,76	-	-
TOTAL	18	-	1.484.656,79	846.908,94	846.908,94	1.841,43	635.906,42

Restos a pagar processados – RPP

Despesas orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		-	662.307,36	662.307,36	-	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	662.232,65	662.232,65	-	-
Outras Despesas Correntes		-	74,71	74,71	-	-
TOTAL	19	-	662.307,36	662.307,36	-	-

Fonte: Siafi

Balanço financeiro – BF

Ingressos	NE	2023	2022
Transferências Financeiras Recebidas		119.941.020,33	117.777.834,23
Resultantes da Execução Orçamentária		119.449.130,45	117.501.777,83
Sub-repasse Recebido	20	119.449.130,45	117.501.777,83
Independentes da Execução Orçamentária		491.889,88	276.056,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		390.671,63	254.419,21
Demais Transferências Recebidas		26.400,17	4.307,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais		74.818,08	17.330,04
Recebimentos Extraorçamentários		4.525.850,94	4.156.909,08
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		393.262,10	662.307,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.407.473,10	1.484.656,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		82.598,86	161.386,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.642.516,88	1.848.558,84
Arrecadação de Outra Unidade		2.642.516,88	1.848.558,84
Saldo do Exercício Anterior		1.317.421,87	1.780.882,76
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.317.421,87	1.780.882,76
TOTAL		125.784.293,14	123.715.626,07

Dispêndios	NE	2023	2022
Despesas Orçamentárias		121.073.537,85	118.502.055,01
Ordinárias		106.450.436,64	103.723.183,19
Vinculadas		14.623.101,21	14.778.871,82
Previdência Social (RPPS)		10.689.869,46	11.421.998,80
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.933.231,75	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			3.356.873,02
Transferências Financeiras Concedidas		2.743.735,13	2.120.572,31
Independentes da Execução Orçamentária		2.743.735,13	2.120.572,31
Transferências Concedidas para Pagamento de RP			253.447,99
Demais Transferências Concedidas		14.788,50	
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.728.946,63	1.867.124,32
Pagamentos Extraorçamentários		1.592.928,61	1.775.576,88
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		662.307,36	81.985,90
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		846.908,94	1.523.256,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		83.712,31	167.196,29
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	3.138,31
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			3.138,31
Saldo para o Exercício Seguinte	21	374.091,55	1.317.421,87
Caixa e Equivalentes de Caixa		374.091,55	1.317.421,87
TOTAL		125.784.293,14	123.715.626,07

Fonte: Siafi

Demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC

		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2.899.128,93	8.751.147,34
INGRESSOS	22	122.666.136,07	119.787.779,16
Outros Ingressos Operacionais		122.666.136,07	119.787.779,16
Ingressos Extraorçamentários		82.598,86	161.386,09
Transferências Financeiras Recebidas		119.941.020,33	117.777.834,23
Arrecadação de Outra Unidade		2.642.516,88	1.848.558,84
DESEMBOLSOS		-119.767.007,14	-111.036.631,82
Pessoal e Demais Despesas		-105.742.107,11	-97.063.118,58
Judiciário		-87.745.855,27	-82.544.364,00
Previdência Social		-11.652.850,62	-10.721.690,12
Encargos Especiais		-6.343.401,22	-3.797.064,46
Transferências Concedidas		-11.197.452,59	-11.682.606,33
Intragovernamentais		-11.197.452,59	-11.682.606,33
Outros Desembolsos Operacionais		-2.827.447,44	-2.290.906,91
Dispêndios Extraorçamentários		-83.712,31	-167.196,29
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-3.138,31
Transferências Financeiras Concedidas		-2.743.735,13	-2.120.572,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.842.459,25	-9.214.608,23
DESEMBOLSOS		-3.842.459,25	-9.214.608,23
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.368.469,25	-9.148.414,23
Outros Desembolsos de Investimentos		-473.990,00	-66.194,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-943.330,32	-463.460,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21	1.317.421,87	1.780.882,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		374.091,55	1.317.421,87

Fonte: Siafi

Notas explicativas

As Demonstrações Contábeis (DCONs) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei n. 200/1967, do Decreto 93.872/1986 e da Lei Complementar 101/2000. São observadas, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8.^a edição e o Manual do Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e têm como base a execução realizada pela Seção de Programação Orçamentária e Financeira.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço financeiro (BF);
- II. Balanço patrimonial (BP);
- III. Demonstração das variações patrimoniais (DVP);
- IV. Balanço orçamentário (BO);
- V. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
- VI. Notas explicativas.

O objetivo principal das DCONs é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio e contribuir na prestação de contas da gestão orçamentária e financeira realizada no período em referência, podendo os usuários encontrar informações sobre a situação patrimonial, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do órgão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e equivalente de caixa compreende o somatório dos valores disponíveis a título de limite de saque da conta única e demais Contas – Caixa Econômica Federal, referente às garantias contratuais na modalidade caução, nos termos do inciso I, § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93.

Neste item também estão os recursos financeiros destinados a atender despesas correntes e recursos para atender as despesas inscritas em Restos a Pagar – Custeio e Investimentos.

Conforme tabela abaixo, as disponibilidades tiveram redução de 71,60% e, o fator principal pela redução foi a despesa de adicional de tempo de serviço (ATS) que em 2022 ficou em restos a pagar processados e, em 2023 a mesma despesa foi paga ainda em dezembro de 2023, acrescido a esse fator também foi convencionado pagar os 30 (trinta) dias do mês de dezembro das despesas contratuais ainda dentro do exercício de 2023.

Tabela 1 – Disponibilidades financeiras

Conta Contábil	2023	2022	Varição em R\$	Varição em %
11112.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	338.409,29	723.229,46	(384.820,17)	-53,21%
11112.20.03 - LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	23.430,72	580.086,00	(556.655,28)	-95,96%
11111.19.03 - DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERA	12.251,54	14.106,41	(1.854,87)	-13,15%
Total	374.091,55	1.317.421,87	(943.330,32)	-71,60%

Fonte: Siafi

Os recursos disponíveis na conta de limite de saque e demais contas foram no montante de R\$ 374.091,55, sendo o mais representativo o valor da conta 1111.22.00 e, destina-se ao pagamento das obrigações pendentes em empenhos a liquidar e à quitação de depósitos de terceiros. Já os recursos na mesma conta, no subgrupo ordem de pagamento, referem-se a pagamentos já realizados e autorizados, porém não efetivados em ordens bancárias ainda no exercício de 2023, ou seja, o total foi inscrito em restos a pagar processados. Ainda nesse subgrupo, a despesa teve uma redução considerável em razão de que foram priorizados os pagamentos dos 30 dias de dezembro das despesas contratuais e não teve ATS inscrito em RPP, como ocorreu no final de 2022.

Nota 2 – Créditos a curto e longo prazo

Os créditos de curto e longo prazo representam os adiantamentos de despesa de pessoal (férias do exercício seguinte), adiantamento de auxílio alimentação e auxílio transporte, créditos a receber de ex servidores e, crédito a receber por cessão de áreas públicas.

Em 2023 foi expedido a Orientação Contábil 17558046 sobre a regularização contábil referente à cessão/permissão/autorização de uso de espaço físico nos edifícios da SJRO.

O registro das áreas cedidas passou a ser realizado somente no Siafi, em contas de controle, no valor proporcional da área cedida.

O crédito a receber em decorrência da cessão de uso passou a ser registrado no Siafi em conta do ativo, no curto (11381.13.00) ou longo prazo (12121.98.03), de acordo com o prazo de vigência.

E as receitas recebidas deveriam ser baixadas no Siafi, mensalmente e, em dezembro avaliar o crédito registrado no longo prazo e reclassificar para o ativo circulante aqueles com expectativa de recebimento em até 31 de dezembro do exercício seguinte.

Porém, por ser uma rotina nova, as baixas/reclassificações não foram realizadas durante o exercício de 2023 e, serão objeto de acompanhamento em 2024, pela contabilidade.

Tabela 2 – Adiantamentos e créditos a receber

Contas contábeis	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
11311.01.01 - 13º salário-adiantamento	-	215.271,20	(215.271,20)	-100,00%
11311.01.05 - salários e ordenados - pagamento antecipado	80.241,36	104.134,89	(23.893,53)	-22,94%
11311.0.07 - adiantamento auxílio-alimentação	329.529,92	243.777,34	85.752,58	35,18%
11311.02.00 - adiantamento concedido-suprimento de fundos	-	6.345,14	(6.345,14)	-100,00%
11381.16.00 - cred a rec de acerto finan c/servidor/ex serv	28.787,87	10.491,51	18.296,36	174,39%
Total	438.559,15	580.020,08	(141.460,93)	-24,39%

Siafi

As variações negativas nas contas de créditos de curto prazo (100%) comparando ao exercício de 2022 refere-se a adiantamentos de 13º salário e de adiantamento de suprimento de fundos.

Em dezembro de 2023 não teve adiantamento de 13º salário a servidores que usufruirão férias em janeiro/2024, assim como ocorreu em dezembro de 2022. Registra-se que a conciliação contábil em relação ao registro das provisões de 13º salário e demais ajustes foram realizados no processo Registra-se que a conciliação contábil em relação ao registro das provisões de 13º salário e demais ajustes foram realizados no processo [0000363-36.2023.4.01.8012](#).

O item adiantamento de suprimento de fundos também encerrou com saldo zero, uma vez que foi definido prazo de aplicação até 28/novembro e, todas as faturas foram pagas até 10 de dezembro de 2023.

A conciliação das contas de suprimento de fundos foi acompanhada no processo [0000391-04.2023.4.01.8012](#) e a classificação orçamentária de acordo com o serviço ou material adquirido foram verificadas por ocasião da

análise individual de suprimento de fundos, exceto os suprimentos de fundos que foram comprovados em dezembro de 2023.

No tocante a conta 11311.01.05 - Salários e ordenados pagamento antecipado (classificação orçamentária 3190.11.46 - férias pagamento antecipado), apresentou saldo de R\$ 80.241,36, compreendendo a 2ª parcela do que foi adiantado em novembro e o montante adiantado em dezembro/2023.

Conforme a Resolução CJF 221, de 19 de dezembro de 2012, o servidor pode requerer o pagamento antecipado da remuneração líquida mensal do período de férias, quando usufrui o primeiro período de férias, ocorrendo a compensação em duas parcelas. Os valores serão baixados em 2024, pela compensação do adiantamento concedido.

É importante mencionar que a conciliação contábil e os ajustes relacionados à antecipação de férias, bem como o registro das provisões de 1/3 de férias e remuneração de férias foram realizados no processo [0000354-74.2023.4.01.8012](#).

Quanto ao saldo de adiantamento de auxílio alimentação passou a ser apropriado no Siafi com a situação DFL063 - adiantamentos de auxílio alimentação e de auxílio transporte a partir da folha de pagamento de outubro/22, seguindo o Procedimento Contábil [15926735](#) e o saldo corresponde ao adiantamento de janeiro de 2024 e, as devoluções pendentes de ex servidores, de acordo com análise, mensal, feita no processo [0003419-14.2022.4.01.8012](#).

Os créditos da área de pessoal são controlados pela área de pagamento, e os de aplicação de penalidade, pela área de contrato. Quando há recebimento dos créditos, os valores da área de pessoal são anulados da despesa ou recolhidos ao Tesouro Nacional. Na hipótese de não recebimento, o processo administrativo é suspenso e o crédito é mantido na contabilidade até a ocorrência da prescrição ou encaminhado para inscrição na dívida ativa da União, em observância à Portaria 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda. No tocante às multas aplicadas às empresas, os valores são recolhidos ao Tesouro Nacional, quando há a satisfação do crédito ou encaminhados para inscrição na dívida ativa da União.

A metodologia empregada para a constituição desses créditos consiste na instauração de processo administrativo eletrônico, no qual é conferido ao devedor o exercício da ampla defesa e do contraditório, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal c/c a Lei 9.784/1999 e a Resolução CJF 68, de 27/07/2009, que dispõem sobre o processo administrativo relativo à devolução de valores indevidamente recebidos, bem como ao ressarcimento de danos causados ao erário por magistrados ou servidores.

Após esgotarem-se todos os meios administrativos para a satisfação do crédito, os autos são encaminhados à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional competente para fins de inscrição em dívida ativa e avaliação de eventual ajuizamento de execução fiscal em desfavor do devedor. Após confirmada a inscrição em dívida ativa, faz-se a respectiva baixa contábil no Siafi.

A demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber foi realizada no processo [0000402-33.2023.4.01.8012](#) (acertos com pessoal) com base nos Procedimentos Contábeis [11156462](#) e [6609394](#) e no processo [0000374-65.2023.4.01.8012](#) (multas administrativas) com base nos Procedimentos Contábeis [11151240](#) e [6609394](#) e, de acordo com as informações prestadas pela Sepag e Semap.

Em 2023, não teve novos valores registrados na conta 12121.98.21 - Créditos a receber decorrentes de infrações-longo prazo.

Assim, detalho o saldo da conta 11381.16.00 – Créditos a receber decorrentes de acertos financeiros com servidor/ex servidor - Curto prazo - ativo circulante:

Tabela 3 – Créditos a receber de pessoal: detalhamento

Processo	Servidor	Valores em R\$
0000842-29.2023.4.01.8012	Ezio Martinelli de Moraes	6.592,08
0005005-52.2023.4.01.8012	Bruno Rafael Costa de Freitas	2.136,23
0005009-89.2023.4.01.8012	Jorge Antonio do Nascimento	10.704,78
0000079-62.2023.4.01.8012	Aldemir Pires Dias	7.830,51
0004099-96.2022.4.01.8012	Ulisses Juliano Machado	1.524,27
Total:		28.787,87

Fonte: Siafi

Em relação aos processos de ressarcimento ao Erário concluídos na unidade de origem, nos quais não houve êxito na obtenção do ressarcimento na unidade de origem é importante destacar que em 2023 foi baixado o valor de R\$ 46.287,34 que havia sido encaminhado para inscrição em dívida ativa em razão daquela Procuradoria ter se manifestado pela impossibilidade de realizar inscrição contra aqueles que não possuem, nem nunca possuíram, vínculo com a Administração Pública (herdeiros ou pensionistas), conforme Despacho [18651696](#) e, que deve ser ajuizada ação de conhecimento. Assim, segue tabela contendo o detalhamento das contas envolvidas:

Tabela 4 – Dívida ativa

Dívida Ativa da União	2023	2022
83123.00.00 - Dívida ativa não tributária (créditos encaminhados para inscrição em dívida ativa)	-	46.287,34
83143.00.00 - Dívida ativa não tributária (crédito inscrito)	-	1.791,91
83313.00.00 - Dívida ativa não tributária (cancelamento de crédito encaminhado)	46.287,34	-
Total:	46.287,34	48.079,25

Fonte: Siafi

São encaminhados para inscrição na dívida ativa os créditos a receber cuja certeza e liquidez foram apuradas na unidade de origem, por não terem sido quitados no prazo legal e que não foram atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de sua exigibilidade. A inscrição ocorre na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de domicílio do devedor, nos termos da Portaria 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda.

Já os valores abaixo do limite de inscrição na dívida ativa são transferidos para o ativo contingente previsto e acompanhados para eventual recebimento do valor durante o prazo prescricional da dívida e atualização monetária dos valores, visando à observância do limite para inscrição na dívida ativa da União.

Tabela 5 – Ativos contingentes

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Ativos contingentes previstos	1.377,08	1.312,40	64,68	4,93%
Ativos contingentes confirmados	-	-	-	0,00%
Total	1.377,08	1.312,40	64,68	4,93%

Fonte: Siafi

Os ativos contingentes representam créditos e valores de pessoal e de multas administrativas em que há baixa probabilidade de recebimento, como é o caso dos valores abaixo do limite de inscrição na dívida ativa da união ou nos casos em que há processo judicial e, em 2023 não teve novos valores transferidos para o ativo contingente e, permanece a mesma situação de 2022.

Nota 3 – Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo, que compreende o preço de compra e demais gastos de aquisição ou, ainda, pelo valor apurado na produção, nos termos da Macrofunção 02.03.48. Na saída do estoque, os valores são baixados calculando-se a média ponderada dos preços de aquisição. Os bens de consumo adquiridos ou produzidos destinam-se ao consumo e manutenção das atividades das unidades administrativas.

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. Os valores registrados na conta 11561.01.00 - Materiais de Consumo estão regulares. Conforme a Portaria 243/2023, id [19275471](#), o Relatório Final do Inventário/2023 deverá ser apresentado até o 20º dia útil subsequente ao término do exercício financeiro. A movimentação de entradas e saídas na referida conta foram analisadas, mensalmente, de acordo com a documentação inserida no Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, juntados no processo [0000003-04.2023.4.01.8012](#).

Nota 4 – Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Referem-se às despesas pagas antecipadamente a título de prêmios de seguros e assinaturas, cujas parcelas mensais são baixadas por competência na conta de ativo, conforme cronograma de pagamento nos documentos do Siafi.

Tabela 6 – Despesas antecipadas

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
11911.00.00 - prêmios de seguros	24.442,40	23.499,96	10.853,35	4,01%
11931.00.00 - assinaturas e anuidades	30.435,50	19.755,84	11.780,84	54,06%
Total	54.877,90	43.255,80	(927,49)	26,87%

Fonte: Siafi

Nota 5 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O exercício de 2023 encerrou com o montante de R\$ 54.547.899,12 com uma variação positiva de 35,21% em relação a 2022 e, o imobilizado da SJRO está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2023 e em 31/12/2022.

Tabela 7 – Bens móveis e imóveis

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Bens móveis	11.996.764,09	12.174.360,14	(177.596,05)	-1,46%
Depreciação acumulada	(5.969.556,75)	(5.987.654,03)	18.097,28	-0,30%
Total	6.027.207,34	6.186.706,11	(159.498,77)	-2,58%
Bens imóveis	48.520.691,78	34.165.109,52	14.355.582,26	42,02%
Depreciação acumulada	(25.270,09)	(7.486,57)	(17.783,52)	237,54%
Total	48.520.691,78	34.157.622,95	14.363.068,83	42,05%
Total imobilizado	54.547.899,12	40.344.329,06	14.203.570,06	35,21%

Fonte: Siafi

Bens móveis

Os bens móveis são controlados pelo sistema de controle de bens do TRF1 (Sicam), porém não é integrado ao Siafi.

Eles compõem-se em sua maioria, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, mobiliário em geral e veículos de tração mecânica.

Os bens móveis representados na conta 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis são mensurados pelo valor de aquisição e como possuem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período.

A depreciação registrada na conta 12381.01.00 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis é realizada de acordo com os critérios definidos no Manual do Siafi, Macrofunção Siafi 02.03.30, utilizando-se o método de cotas constantes. O cálculo da depreciação dos bens móveis foi realizado pelo SICAM e os valores encontrados estão compatíveis e variam de acordo com a movimentação de entrada e saída de bens que podem ser verificados na movimentação da conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis.

O exercício de 2023 encerrou apresentando uma variação de 0,30% em relação a 2022.

No tocante ao Inventário de Bens Móveis, conforme a Portaria 243/2023, id [19275471](#), o Relatório Final do Inventário/2023 deverá ser apresentado até o 20º (vigésimo) dia útil subsequente ao término do exercício financeiro, conforme estabelecido na IN 14-15, Módulo 6, item 6.

Bens imóveis

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União.

Os imóveis de uso especial utilizados pela SJRO estão cadastrados na conta contábil 12321.01.02 – Edifícios e na conta 12321.01.03 - Terrenos/Glebas e, todos os bens cedidos estão cadastrados na conta 89711.09.00 - Cessão de uso – bens cedidos, de acordo com a planilha n. [14537246](#).

Nas contas do grupo 12320.00.00, a conta 12321.01.02 – Edifícios, apresenta a maior expressividade, totalizando R\$ 41.491.255,58 e, conforme tabela abaixo as contas desse grupo teve um acréscimo de 42,09% em relação ao exercício anterior, influenciada pela reavaliação do imóvel sede em razão das obras de engenharia, realizadas nos últimos 02 anos.

Tabela 8 – Bens imóveis

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Edifícios	41.491.255,58	22.171.508,99	19.319.746,59	87,14%
Terrenos/glebas	7.054.706,29	5.769.946,42	1.284.759,87	22,27%
Obras em andamento	-	6.057.904,02	(6.057.904,02)	-100,00%
Estudos e projetos	-	60.997,24	(60.997,24)	-100,00%
Instalações	-	104.752,85	(104.752,85)	-100,00%
Total	48.545.961,87	34.165.109,52	14.380.852,35	42,09%

Fonte: Siafi

Conforme previsto na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014 ([4103171](#)), Informação SJRO-SEMAP [19809898](#) e planilha [19809315](#) todos os bens imóveis de uso especial da Seccional e Subseções Judiciárias vinculadas encontram-se cadastrados e com avaliação vigente no SPIUnet,

Em 2023, com a Orientação Contábil [17558046](#), deixou de ser exigido o cadastro de cessão de uso referente às áreas ocupadas pelos cessionários/permissionários (postos bancários, lanchonetes, associações e demais situações contempladas pelo art. 12 do Decreto n. 3.725/2001) no SPIUnet, razão pela qual foi cancelado os RIPs de Utilização, referentes às áreas ocupadas pelos cessionários/permissionários e, os valores foram acrescentados ao RIP Utilização principal do imóvel.

Para fins de memorial descritivo, os RIPs cancelados foram mantidos em negrito, na tabela abaixo.

O registro da área cedida passou a ser realizado somente no Siafi, em contas de controle, no valor proporcional da área cedida (89711.09.00 – Cessão de uso-bens cedidos).

Tabela 9 – Imóveis da União sob a responsabilidade da SJRO

Rip do imóvel	Rip utilização	Endereço
0001.00210.500-2	0001002115008	Sede da Unidade Avançada de Atendimento - UAA-GUM
0001.00210.500-2	0001002665008	Prédio Sede da extinta Subseção Judiciária de GUM. Imóvel em processo de desapropriação, aguardando o trânsito em julgado da Ação Judicial n. 2381-10.2015.4.01.4100 para posterior registro do imóvel no Patrimônio da União
0003.00349.500-5	0003000015002	Anexo - Arquivo judicial/Depósito localizado na Av Getúlio Vargas
0003.00356.500-3	0003000035003	Anexo - Depósito localizado na Rua Itália
0003.00325.500-4	0003000845005	Terreno usado como estacionamento, localizado na Av Rogério Weber
0003.00359.500-0	0003002305008	Imóvel Sede da Seção Judiciária de RO.
0003 00359.500-0	0003008105000	Seção Judiciária de Rondônia - Cessão OAB
0003.00359.500-0	0003008095005	Espaço do prédio sede da SJRO cedido para a CEF mediante Termo de Cessão de USO n. 06/2017 (60 meses)
0003.00359.500-0	0003008105000	Área do prédio sede da SJRO cedido para a OAB mediante Termo de Cessão de USO n. 04/2017
0005.00075.500-2	0005000195007	Lote 21 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná em fase de regularização
0005.00074.500-7	0005000215008	Lote 20 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00059.500-5	0005000235009	Lote 15 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00063.500-7	0005000275000	Lote 19 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00060.500.0	0005000285006	Lote 16 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00061.500-6	0005000305007	Lote 17 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005.00062.500-1	0005000325008	Lote 18 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná
0005 00075.500-2	0005000195007	Lote xx - terreno em Ji-Paraná
0005.00076.500-8	0005000335003	Lote 22 - Termo de doação id. 0234396 - Terreno em Ji-Paraná em fase de regularização
0005 00162.500-5	0005001635000	Imóvel onde funciona a Subseção Judiciária de JiParaná
0013 00082.500-1	0013000835007	Imóvel onde funciona a Subseção Judiciária de Vilhena
0013.00082.500-1	0013001165005	Espaço do prédio onde funciona a sede da SSJ/VHA cedido para a OAB

Fonte: Siafi

Nos imóveis administrados pela Seção Judiciária de Rondônia, destacam-se cessões de uso de espaços físicos para terceiros, para exploração de atividades e serviços de interesse da Administração, tais como Caixa Econômica Federal e Ordem dos Advogados do Brasil. As receitas decorrentes dos contratos de cessão de uso são recolhidas ao Tesouro Nacional por meio de GRU, incluindo os ressarcimentos de despesas.

Nota 06 – Intangível

O Ativo Intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da produção da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

Tabela 10 – Softwares

Conta contábil	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
12411.01.01 - Softwares (vida útil definida)	204.087,52	204.087,52	-	0,00%
12411.02.01 - Softwares (vida útil indefinida)	643.911,64	169.921,64	473.990,00	278,95%
12481.01.00 - Amortização acumulada (softwares-vida útil definida)	(164.333,73)	(127.637,85)	(36.695,88)	28,75%
12491.01.00 - Redução ao valor recuperável - softwares	(2.708,00)	(2.708,00)	-	0,00%
Total	680.957,43	243.663,31	437.294,12	179,47%

Fonte: Siafi

O ativo intangível da SJRO é composto em sua maioria de softwares com vida útil indefinida e está registrado na conta 12411.02.01 - Softwares que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 643.911,64. O valor refere-se à aquisição de licença de uso, atualização de softwares (licenças do sistema de gravação de áudio e vídeo - DRS Audiência) e aquisição de solução de proteção de rede - FIREWALL para gerenciamento e armazenamento de dados. Não consta registro de amortização acumulada sobre o saldo da conta

12411.02.01 - Softwares, em função da natureza dos softwares – vida útil indefinida.

Os softwares de vida útil indefinida teve acréscimo de 278,95% em relação ao mesmo período de 2022, impulsionado exclusivamente pela aquisição de solução de proteção de rede com *características de Next Generation Firewall (NGFW)*, nos termos do Contrato N. [18526899](#).

Enquanto que os softwares de vida útil definida permaneceram inalterados e foram amortizados de acordo com o período de vigência do Contrato n. 43/2021 ([14566527](#)) e da Orientação Contábil [17109390](#) e foram acompanhados no processo [0004189-07.2022.4.01.8012](#).

Com relação ao Inventário de Bens Intangíveis, a comissão apresentou o Relatório [19745772](#) e, não apontou nenhuma inconsistência.

Quanto ao teste de recuperabilidade dos intangíveis, por ocasião do Inventário de bens intangíveis do TRF1 (2020) foi "elaborado o Plano de Providências [10153792](#), item 8.5, propondo a *suspensão do teste de recuperabilidade até que haja definição dos critérios no módulo que está sendo criado no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A proposta foi acatada por meio da Informação TRF1-Seauf [10288332](#) e o teste de recuperabilidade foi suspenso*".

Nota 7 – Passivo circulante e não circulante

Em 31/12/2023, a SJRO apresentou passivos de pessoal e contribuições previdenciárias, segregados nos indicadores de superávit F – Financeiro e P – Permanente, relativos a obrigações financeiras liquidadas e em liquidação, bem como aquelas para as quais não havia orçamento no encerramento do exercício. Nesse grupo, estão incluídos, ainda, os depósitos e cauções, que são numerários de terceiros, dados em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos ao fim da vigência do contrato. O passivo em sua totalidade está registrado no circulante.

Tabela 11 – Passivo circulante

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Obrigações trab., prev. e assist. a pagar a curto prazo	4.671.913,67	6.739.095,56	(2.067.181,89)	-30,67%
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	92.386,56			
Provisões a curto prazo	650.000,00	891.204,36	(241.204,36)	-27,06%
Demais obrigações a curto prazo	235.241,82	81.548,03	153.693,79	188,47%
Total	5.649.542,05	7.711.847,95	(2.062.305,90)	-26,74%

Fonte: Siafi

Em relação às obrigações com pessoal, são aquelas referentes à gratificação devida a magistrados por exercício cumulativo de jurisdição — de competência de dezembro/2022, pagas em janeiro de 2023, conforme previsto na Resolução CJF 341/2015, diferenças de remuneração, serviço extraordinário, adicional de tempo de serviço de magistrados e ressarcimentos devidos aos órgãos de origem de pessoal requisitado e, estão registradas nas contas relacionadas na tabela abaixo.

As provisões são valores estimados para as despesas médicas que serão cobradas em 2023, considerando que há um lapso entre a prestação de serviços e o faturamento. A área responsável estima a despesa com base no histórico das despesas de exercícios anteriores. Quando cobradas, as despesas são pagas como despesas de exercícios anteriores.

Tabela 12 – Passivo exigível

Contas Contábeis	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
21111.01.01 ISF P - salários e remunerações	2.124.029,24	1.430.322,46	693.706,78	48,50%
21111.01.01 ISF F - salários e remuneração	936.104,41	2.715.797,65	(1.779.693,24)	-65,53%
21111.01.03 - férias a pagar	1.352.125,06	2.326.797,65	(974.672,59)	-41,89%
21141.03.02 - contrib a entidade de previd complementar	5.422,81	3.371,33	2.051,48	60,85%
21142.13.00 - PSSS-contrib sobre vencimentos	254.232,15	263.545,15	(9.313,00)	-3,53%
Total	4.671.913,67	6.739.834,24	(2.067.920,57)	-30,68%

Fonte: Siafi

1. O valor da conta 21111.01.01 - Salários, remunerações e benefícios ISF F refere-se à folha de gratificação por acúmulo de jurisdição - GAJU de dezembro/23 que ficou apropriada no documento 2023FL000320, à folha de licença compensatória (2023FL000319) e à folha (2023FL000323) de ATS - adicional de tempo de serviço de magistrado que ficaram apropriadas para execução em janeiro de 2023. Ainda temos a folha ATS de 2022 (2022FL000278) que foi reinscrita em restos a pagar.
2. Já o valor da conta 21111.01.01 - Salários, remunerações e benefícios ISF P refere-se ao registro de passivo sem cobertura orçamentária da despesa adicional de tempo de serviço de magistrados registrado em 2022. No encerramento do exercício de 2023 não teve novos registros de despesa sem cobertura orçamentária assim como ocorreu em 2022. O passivo de pessoal e encargos, registrados nas contas 21111.01.01 e 21142.13.00, foi monitorado durante o exercício de 2023 no processo [0000387-64.2023.4.01.8012](#).
3. No tocante às férias a pagar: o montante é fruto das apropriações mensais de férias a pagar a magistrados e servidores desde 2019. Desde esse exercício, são observadas as regras da Macrofunção 02.11.42 - Folha de pagamento, item 5, ressaltando-se:
 - registro mensal do passivo, na forma de duodécimos, representando o valor das férias a pagar;
 - registro do indicador "Baixa da remuneração no período de férias (BRPF)", que representa o valor correspondente à remuneração dos servidores em gozo de férias, na proporção dos dias gozados;
 - baixa mensal do valor contabilizado como adiantamento;
 - são realizadas baixas em decorrência de conversão em pecúnia de férias não gozadas por magistrados;
 - o saldo a pagar indica que há mais servidores com períodos de férias cumpridos a usufruir do que servidores com períodos antecipados.
4. Em relação ao valor das contas 21141.03.02 - Contribuição a entidades de Previdência Complementar e 21142.13.00 - PSSS-contribuição s/ vencimentos e vantagens refere-se à contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração das folhas citadas no item 1.

Nota 8 – Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem o item dos resultados acumulados do balanço patrimonial, que também é composto pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores.

Os ajustes de exercícios decorreram de correções em saldos de ativos e passivos, observando a competência dos fatos geradores, que deixaram de ser registrados tempestivamente, em razão dos trâmites do processo administrativo.

A conta 23711.03.00 - Ajustes de exercícios anteriores encerrou o exercício com saldo de R\$ (2.019.656,49) em razão do registro dos créditos a receber em decorrência do termo de cessão de uso dos espaços cedidos e cancelamento dos RIPs Utilização dos espaços cedidos, conforme Orientação Contábil [17558046](#).

Ocorre que, as receitas recebidas durante o exercício financeiro de 2023 deveriam ter sido baixadas com a situação CRD113 - Baixa de créditos e títulos a receber por desincorporação de ativo, conta de ativo 11381.13.00, VPD 36511.01.00 - Desincorporação de ativos. Mas por ser uma rotina nova, as baixas/reclassificações não foram realizadas durante o exercício de 2023 e, serão objeto de regularização e acompanhamento em 2024, pela contabilidade.

Esses fatores impulsionaram de forma expressiva a conta de ajustes de exercícios anteriores, justificando assim a disparidade quando comparado com 2022, em que encerrou o ano com saldo de R\$ 69.048,59.

Ainda, em meados de 2022, a Dicoc expediu o Roteiro Contábil [15462116](#) e, trouxe uma nova orientação do CJF quanto à necessidade ou não de registrar os passivos, cujo fato gerador ocorreu no exercício anterior e não era do conhecimento do gestor. Para o pagamento desses passivos, havendo disponibilidade orçamentária na data do reconhecimento da dívida e a liquidação for de previsão imediata, o empenho passou a ser emitido sem indicação de passivo, registrando a VPD na liquidação da despesa.

Nota 9 – Atos potenciais ativos

As garantias contratuais estão evidenciadas na composição dos atos potenciais ativos do balanço patrimonial da UG.

As garantias são recebidas, nos termos dos incisos II (seguro garantia) e III (fiança bancária), art. 56, da Lei 8.666/1993. Essas garantias observam o prazo de vigência expresso nos instrumentos e são baixadas do Siafi após esse prazo. Na composição do item, estão incluídas as coberturas contratadas em seguros de bens ou de pessoas, tais como de imóveis e veículos, para indenização na hipótese de ocorrência de sinistros.

A conferência e acompanhamento das vigências das garantias contratuais recebidas pela UG foram realizados no processo [0000403-18.2023.4.01.8012](#) e, todas as garantias em vigor estão registradas na conta 81111.01.10 – Seguros garantia a executar e na conta 21881.04.02 – Depósitos e cauções recebidos, seguindo o Procedimento Contábil [15594977](#).

Tabela 13 – Garantias recebidas – por tipo

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Apólices de seguros	54.297.550,88	38.074.145,88	16.223.405,00	42,61%
Fianças e seguro garantia	1.951.559,55	1.723.306,83	228.252,72	13,25%
Demais garantias	12.251,54	14.106,41	- 1.854,87	-13,15%
Total	56.261.361,97	39.811.559,12	16.449.802,85	41,32%

Fonte: Siafi

Nota 10 – Atos potenciais passivos

Tabela 14 – Contratos em execução

O saldo do item que compõe os atos potenciais passivos são os contratos em vigor com parcelas pendentes de pagamento.

Os direitos contratuais a executar compreendem os valores a pagar, conforme registros efetuados em contas de controle, nos contratos celebrados pela Seção Judiciária/RO com terceiros, visando ao fornecimento de bens e prestação de serviços.

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Contratos de serviços	13.293.810,20	19.956.624,10	- 6.662.813,90	-33,39%
Contratos de fornecimento de bens	1.469.191,97	2.078.906,43	...(609.714,46)	-29,33%
Total	14.763.002,17	22.035.530,53	(7.272.528,36)	-33,00%

Fonte: Siafi

O acompanhamento dos saldos registrados nas contas 812310801 - Contrato de seguro com controle por PC ou RC em execução, 812310901 - Contratos de serviços com controle por PC ou RC em execução, 812311001 - Contratos de alugueis com controle por PC ou RC em execução, 812311101 - Contrato de fornecimento de bens com controle em execução, que compõem este item foram conciliados pelo Setor de Contabilidade, confrontando os saldos das contas de controle com as obrigações contratuais pendentes de apropriação e de pagamento e feito os ajustes necessários. A conciliação ocorreu no processo [0000365-06.2023.4.01.8012](#).

Do mesmo modo, foi feito o registro, mensalmente, da atualização monetária das contas vinculadas a contratos, de acordo com os extratos encaminhados pela CEF e, juntados ao processo [0000389-34.2023.4.01.8012](#).

Os contratos mais relevantes da SJRO foram juntados na planilha [19815195](#).

Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O exercício encerrou com saldo de R\$ 24.541,75, gerando um resultado negativo no valor de R\$ 137.815,89, se comparado ao resultado de 2022 que foi de R\$ 162.357,64.

Os eventos que mais contribuíram para um resultado tão inferior a 2022 foi o recebimento de bens (02 servidores Tipo I), registro do ganho com alienação de veículos dados como parte de pagamento (Orientação [17155187](#)) e, ainda teve reavaliação de imóvel da SJRO e atualização no SPIUnet em que impactaram a conta 46111.02.00 - Reavaliação de bens imóveis, em 2022. Fato que não aconteceu em relação a 2023.

Tabela 15 – Ativos e passivos – valorização, ganhos e desincorporação

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Reavaliação de ativos	-	30.833,02	(30.833,02)	-100,00%
Ganhos com alienação	-	22.294,77	(22.294,77)	-100,00%
Ganhos com incorporação de ativos	24.541,75	109.229,85	(84.688,10)	-77,53%
Total	24.541,75	162.357,64	(137.815,89)	-84,88%

Fonte: Siafi

Nota 12 - Pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais

As variações patrimoniais diminutivas referentes à despesa sob o aspecto patrimonial nos subitens de pessoal representam os pagamentos efetuados a servidores ativos do Regime Próprio de Previdência Social, Regime Geral de Previdência Social, incluindo os benefícios concedidos a servidores, as sentenças judiciais, aposentadorias, pensões civis e os ressarcimentos aos órgãos de origem de servidores requisitados com ônus.

O Setor de Contabilidade efetuou a conciliação dos valores registrados nas contas de VPDs (Variação Patrimonial Diminutiva), confrontando com as despesas orçamentárias e, certifica que as despesas de pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de custeio estão contabilizadas adequadamente, considerando que as inconsistências encontradas foram saneadas, conforme processo [0000390-19.2023.4.01.8012](#).

Tabela 16 – Pessoal e encargos patronais

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Remuneração e benefícios a pessoal	61.058.523,08	62.012.511,09	(953.988,01)	-1,54%
Aposentadorias	9.360.640,72	9.616.685,68	(256.044,96)	-2,66%
Pensões civis	1.987.598,69	1.837.926,33	149.672,36	8,14%
Encargos previdenciários	10.618.402,08	11.472.871,09	(854.469,01)	-7,45%
Total	83.025.164,57	84.939.994,19	(1.914.829,62)	-2,25%

Fonte: Siafi

Em 2023, verifica-se uma redução em todos os grupos de despesa de pessoal quando comparado com 2022, concorrendo para a redução o fato de que no final de 2023 não foi pago antecipação de 13º terceiro salário de 2024, como em 2022 que foi pago adiantamento do 13º de 2023 e pagamento de adicional de tempo de serviço pago a magistrados no final de 2022 em valor mais expressivo que em 2023.

Nota 13 – Consumo de bens, uso de bens e serviços

O item representa as variações patrimoniais diminutivas referentes ao consumo de materiais, a diárias, locação de imóveis, prestação de serviços de terceiros, depreciação e amortização.

Tabela 17 – Consumo de bens, uso de bens e serviços

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Consumo de materiais	345.552,79	306.251,98	39.300,81	12,83%
Diárias	331.627,51	328.372,06	3.255,45	0,99%
Locações de imóveis	572.893,70	539.219,29	33.674,41	6,25%
Serviços de terceiros	20.596.283,04	17.823.366,15	2.772.916,89	15,56%
Depreciação de bens e amortização de intangíveis	1.029.162,77	791.909,73	237.253,04	29,96%
Total	22.875.519,81	19.789.119,21	3.086.400,60	15,60%

Fonte: Siafi

Constata-se aumento em relação a todas as despesas. O item que mais cresceu foi o de depreciação de bens e amortização de intangíveis, seguido do item serviços de terceiros e consumo de materiais. As variações patrimoniais diminutivas desse grupo são decorrentes, em grande parte, de realização de despesa orçamentária.

Nota 14 – Desvalorização e perda de ativos e Incorporação de passivos

Neste item, compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixas de bens, títulos e direitos, demonstrando assim o resultado patrimonial do exercício decorrente de incorporações e baixas de ativos e passivos

Tabela 18 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes p/ perdas	648,00	30.833,02	(30.185,02)	-97,90%
Perdas com alienação	-	10.934,33	(10.934,33)	-100,00%
Desincorporação de ativos	8.612.675,83	2.944.901,12	5.667.774,71	192,46%
Total	8.613.323,83	2.986.668,47	5.626.655,36	188,39%

Fonte: Siafi

O montante de R\$ 8.612.675,83 registrado na conta 36511.01.00 – Desincorporação de ativo decorre da baixa de adiantamento de suprimento de fundos, baixa, baixa de créditos recebidos de ex/servidores, baixa de bens não localizados/danificados e, a movimentação mais expressiva foi em decorrência de reavaliação do imóvel sede da SJRO e baixa da conta 12321.06.01 - Obras em andamento, em razão da conclusão das obras: instalação do sistema de climatização de ar condicionado e instalação da fachada de vidros, após atualização no SPIUnet. As baixas da conta 12321.06.01 foram as que mais impactaram a desincorporação de ativos.

Nota 15 – Resultado patrimonial do exercício

A apuração do Resultado Patrimonial origina-se do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2023, o resultado patrimonial da UG foi deficitário em R\$ 5.114.568,45, apresentando uma variação negativa de 357% em relação ao exercício de 2022. A VPA referente às diversas variações patrimoniais aumentativas e a VPD desincorporação de ativos e a de serviços foram as principais que contribuíram para essa variação em relação ao exercício de 2022.

Nota 16 – Receitas correntes e Receitas de capital

O Balanço Orçamentário da SJRO não apresenta valores no item “Receita”, haja vista a metodologia adotada para apuração das receitas arrecadadas que consiste na consolidação de dados no balanço da Setorial Financeira do Órgão (UG 090001/CJF). No entanto, cabe registrar que, de acordo com o Manual Siafi, código 02.03.06 - Apropriação da Arrecadação de Receitas Federais, a arrecadação de receitas federais é realizada por meio dos documentos Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf, Guia da Previdência Social - GPS e Guia de Recolhimento da União – GRU. No âmbito da 1ª Região as receitas são recolhidas utilizando-se o documento GRU, a título de receitas próprias (fontes 50 – Receitas diretamente arrecadadas e 81 – Receitas de convênios) e do Tesouro Nacional (fontes 00 – Recursos ordinários e 27 – Custas e emolumentos – poder judiciário), bem como fonte 90 – Devoluções de despesa e depósitos diversos, consoante as respectivas destinações.

Nota 17 – Déficit

O déficit de - R\$ 121.073.537,85 apurado no Balanço Orçamentário corresponde integralmente às despesas empenhadas no exercício, visto que as receitas arrecadadas são contabilizadas no órgão 12000 – JF, na Setorial Financeira do CJF e, ainda, porque a maior parte da despesa é paga com

recursos recebidos a título de cotas do tesouro nacional e sub-repasses da setorial financeira do órgão e representa o confronto entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias empenhadas.

Nota 18 – Restos a pagar - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de obras, serviços ou bens objeto de determinada contratação. A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e/ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar, sendo então classificados como: restos a pagar processados e não processados. Nos não processados, incluem-se os empenhos em liquidação, que são aqueles em que já ocorreu o fato gerador, porém a Administração ainda não efetivou o devido ateste para a respectiva liquidação. Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Incluem-se nos restos a pagar processados os valores de ordens de pagamento geradas no último dia útil de dezembro cujas ordens bancárias foram geradas somente em janeiro do exercício seguinte, consoante calendário de emissão de ordens bancárias da Secretaria do Tesouro Nacional e funcionamento das instituições bancárias. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas mas ainda não liquidadas e, conseqüentemente, não pagas até o final do exercício.

Tabela 19 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas correntes		-	873.169,03	235.421,18	235.421,18	1.841,43	635.906,42
Pessoal e Encargos Sociais		-	867.315,83	231.409,41	231.409,41	-	635.906,42
Outras Despesas Correntes		-	5.853,20	4.011,77	4.011,77	1.841,43	0,00
Despesas de capital		-	611.487,76	611.487,76	611.487,76	-	-
Investimentos		-	611.487,76	611.487,76	611.487,76	-	-
TOTAL	18	-	1.484.656,79	846.908,94	846.908,94	1.841,43	635.906,42

Fonte: Siafi

Do valor total de R\$ 1.484.656,79 inscrito em restos a pagar não processados foi executado 57,04%, cancelado 0,12% e o exercício de 2023 encerrou com 42,83% pendente de execução. Todo o valor reinscrito está relacionado à despesa com pessoal e encargos sociais, sendo: R\$ 631.125,88 de ATS de magistrado e R\$ 4.780,54 de serviço extraordinário.

O acompanhamento da Execução de Restos a Pagar em 2022 dessa UG ocorreu de acordo com as orientações do processo [0014281-46.2023.4.01.8000](#). A apuração dos valores inscritos em restos a pagar em 2023 foi efetuada mensalmente e, o saldo de 2022 inscrito foi parcialmente executado, conforme demonstrado na tabela acima.

Antes do encerramento do exercício financeiro de 2023 a DICOC expediu o Procedimento Contábil [1717493](#) com orientações e normativos sobre encerramento e abertura de exercício.

Com isso, autuou-se o processo [0005028-95.2023.4.01.8012](#) alertando sobre a necessidade de registrar como passivo as despesas já conhecidas em 2023 e não empenhadas por falta de orçamento, bem como registrar os valores estimados com prestação de serviços médicos e odontológicos (ação orçamentária 2004 – AMOS), referente ao mês de dezembro.

Assim, a SEPAG informou não haver despesa de pessoal sem cobertura orçamentária a ser registrada como passivo e a SEBES informou somente o

estimativo para as despesas médicas e odontológicas que foram registradas na conta contábil 21791.05.00 – Provisão para serviços de terceiros.

Nota 19 – Gastos com suprimento de fundos

Trata-se de adiantamento concedido a servidor, a critério e sob inteira responsabilidade do ordenador de despesas, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira por uma forma diferente da normal, tendo como meio de pagamento o Cartão de Pagamento do Governo Federal, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Ainda, de acordo com a Resolução CJF 569/2019, pode ser concedido suprimento de fundos para aquisição eventual de materiais de consumo ou serviços de pequeno vulto (art. 1º).

No decorrer de 2023 foi gasto o valor de R\$ 191.314,81 relacionado à execução de despesa por meio de concessão de suprimento de fundos.

A conta 11311.02.00 - Suprimento de fundos - adiantamento foi conciliada, conforme processo [0000391-04.2023.4.01.8012](#) e, encerrou o exercício com saldo zero, uma vez que as despesas foram comprovadas e reclassificadas até o fechamento do exercício.

Acrescentamos ainda que, após a prestação de contas final, o processo é encaminhado para o Setor de Contabilidade verificar a compatibilidade entre o serviço ou produto adquirido com a classificação orçamentária indicada pelo suprido e as contas de VPDs utilizadas na reclassificação da despesa.

Nota 20 – Transferências financeiras recebidas – Sub-repasse recebido

O Balanço Financeiro da SJRO não demonstra ingressos de Receitas Orçamentárias porque o orçamento está incluído na Unidade Orçamentária

12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau e, consolidada em nível de Tribunal (TRF1). Os recursos recebidos pela UG em 2023 foram por meio de Sub-repasses.

Nota 21 – Resultado financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A apuração do resultado financeiro é possível ser identificado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Utilizando essa metodologia e observando a tabela abaixo, verifica-se que o resultado financeiro de 2022 foi deficitário em R\$ 943.330,32, considerando que os Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) somaram R\$ 124.466.871,27 e os Dispêndios (Despesas Orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) somaram R\$ 125.410.201,59.

Tabela 20 – Apuração do resultado financeiro do exercício de 2023

	2023	2022	Varição em R\$	Varição em %
Receita orçamentária (I)	-	-	-	-
Despesa orçamentária (II)	121.073.537,85	118.502.055,01	2.571.482,84	2,17%
Resultado orçamentário (III=I-II)	(121.073.537,85)	(118.502.055,01)	(2.571.482,84)	2,17%
Transferências financeiras recebidas (IV)	119.941.020,33	117.777.834,23	2.163.186,10	1,84%
Transferências financeiras concedidas (V)	2.743.735,13	2.120.572,31	623.162,82	29,39%
Transferências financeiras líquidas (VI=IV-V)	117.197.285,20	115.657.261,92	1.540.023,28	1,33%
Recebimentos extraorçamentários (VII)	4.525.850,94	4.156.909,08	368.941,86	8,88%
Despesas extraorçamentárias (VIII)	1.592.928,61	1.775.576,88	(182.648,27)	-10,29%
Resultado extraorçamentário (IX=VII-VIII)	2.932.922,33	2.381.332,20	551.590,13	23,16%
Resultado financeiro do exercício (X=III+VI+IX)	248.933.742,54	243.869.486,62	5.064.255,92	2,08%

Fonte: Siafi

O resultado orçamentário negativo ocorre porque não há registro de receitas no balanço orçamentário da UG, visto que as receitas arrecadadas são recolhidas ao Tesouro Nacional e, os dados são consolidados no balanço do Conselho da Justiça Federal (UG 090001). Desse modo, as despesas orçamentárias foram custeadas com as transferências financeiras recebidas do Tribunal que por sua vez recebe os repasses do Conselho.

Nota 22 – Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa demonstra o fluxo financeiro da unidade gestora, ou seja, as entradas e as saídas de recursos financeiros durante o período e o resultado desse fluxo.

Tabela 21 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixas

	2023	2022	Variação em R\$	Variação em %
Atividades operacionais	2.899.128,93	8.751.147,34	(5.852.018,41)	(0,67)
Atividades de investimentos	(3.842.459,25)	(9.214.608,23)	5.372.148,98	(0,58)
Total	(943.330,32)	(463.460,89)	(479.869,43)	1,04

Fonte: Siafi

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Os ingressos operacionais são representados pelas transferências financeiras recebidas, somados aos ingressos extraorçamentários de arrecadação de receitas diversas e arrecadação de outra unidade.

Os desembolsos dos fluxos de caixa de investimento referem-se às aquisições de bens permanentes, às obras e outros investimentos. O fluxo de caixa negativo nesse item ocorre porque as transferências financeiras recebidas para financiamento dessas despesas (categorias de gastos D e E) são registradas integralmente como ingresso no item de fluxos de caixa das atividades operacionais.

Nota 23 - Apuração de Danos ao Erário

No tocante a apuração de danos ao Erário, a Semap informou [17323794](#) que alguns bens não localizados no Inventário de 2021 foram ressarcidos e/ou justificados pelos servidores responsáveis pelos bens, conforme tabela abaixo:

Tabela 22 - Apuração de danos ao erário

Setor	Responsável	PAe SEI! n.	Bem	Doc. ressarcimento
SETUR	Márcio Martins Gomes de Souza	0001081-33.2023.4.01.8012	T9983 - MICROCOMPUTADOR	Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despacho 17706149; Docs baixa: Termo 17713187
NUCGP	Waldirney Guimarães de Rezende	0001216-79.2022.4.01.8012	T-13205 - WEBCAM MARCA LOGITECH C950E + HEADSET BIAURICULAR USB (FONE DE OUVIDO) - AGEM AHX 300 MKII PLUS.	Descontado em folha ordinária de julho/2022, conforme Certidão 16165579.
SEVIT	Arilson Dias Ferreira	0002497-75.2019.4.01.8012	<p>T-11960 - DVR (DIGITAL VÍDEO RECORDER), GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO DE 16 CANAIS - MARCA: INTELBRAS. MODELO: MHDX 1016. Nº SÉRIE: KS7F4508359QX);</p> <p>T - 10937 - CÂMERA DE TV PARA SISTEMA DE SEGURANÇA VM 3120IR GERAÇÃO 3)</p> <p>T- 10940 - CÂMERA DE TV PARA SISTEMA DE SEGURANÇA VM 3120IR GERAÇÃO 3 Nº SÉRIE: 1GZE480189001).</p>	Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despacho 18830583; Docs baixa: Termo 18866821.
SESEG	Jaime de Oliveira Alencar	0003121-85.2023.4.01.8012	T-1063 - GRUPO GERADOR STEMAC	Após justificativas aceitas pela administração, o servidor foi isentado da responsabilidade - Despacho 18758327; Docs baixa: Termo 18802216.
SERBI	Oziane da	0002505-52.2019.4.01.8012	Exemplares não	Após justificativas aceitas pela

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – 2023

	Silva N. Passos		localizados - 2023 (18763581)	administração, a servidora foi isentada da responsabilidade - Despacho 15453527; Docs baixa: 18799361, 15482225.
NUCOD	Luana Aguiar Ferreira	0002973-11.2022.4.01.8012	T-4849 - CADEIRA EM PVC, COR BRANCA	Após justificativas aceitas pela administração, a servidora foi isentada da responsabilidade - Despacho 17598614; Docs baixa: Termo 17615542
			T-4864 - CADEIRA EM PVC, COR BRANCA	
			T-12815 - VENTILADOR MESA, 40 CM, COR BRANCA. MARCA: VENTISOL	
SESAP -VHA	Flávio Albano de Souza	0004036-37.2023.4.01.8012	T-9244 - Monitor LG	GRU 19256058